Divulgação do Projeto de Salvaguarda dos Arquivos Associativos em Évora

Abordagem societal nos arquivos: uma viragem inevitável?

Jorge Janeiro

Évora, Palácio D. Manuel 17 de junho de 2024





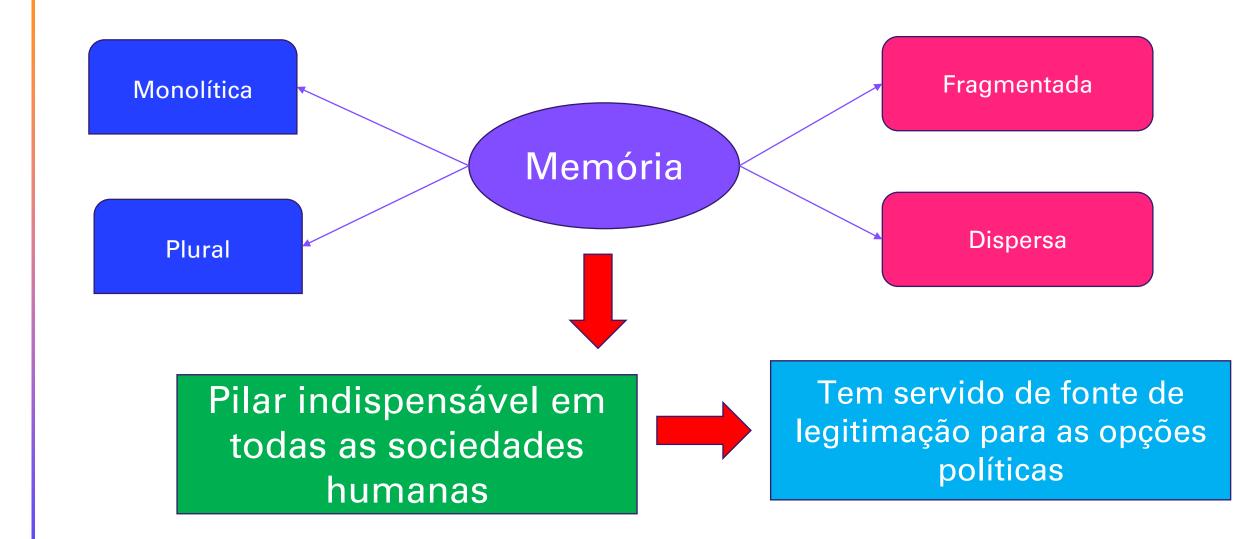


Agenda

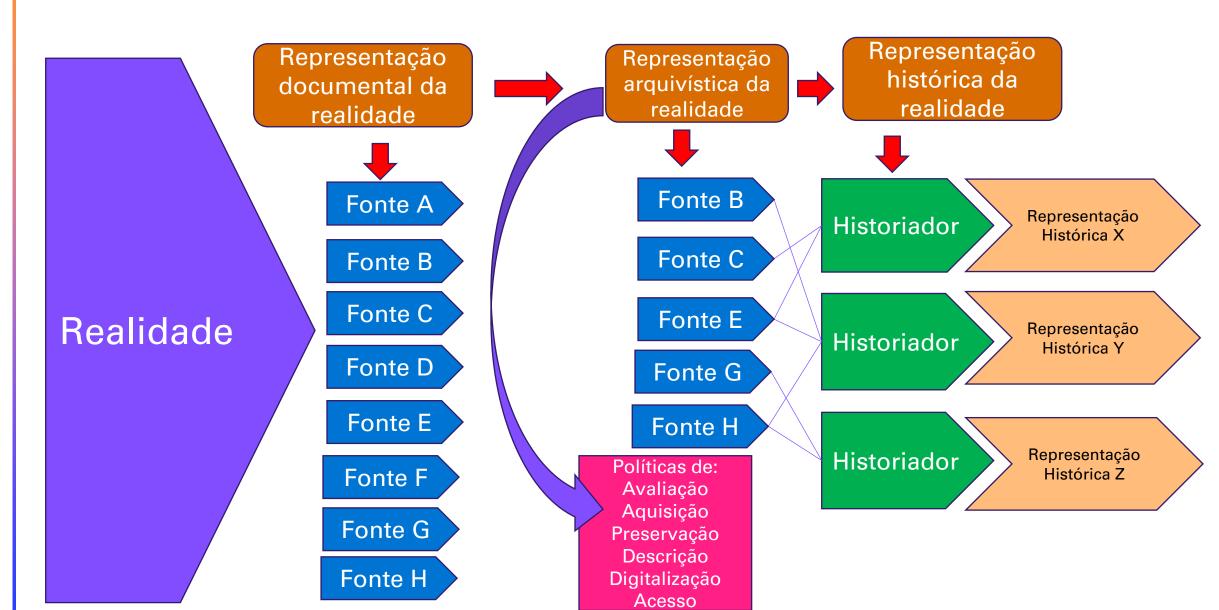
Memória, História e Arquivos

 A Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora

Perscrutando o Futuro?



O processo de construção da História



Memória, História e Arquivos em mudança

Séculos XIX e XX

Século XXI

- Direitos políticos, cívicos e sociais
- Afirmação do Estado-Providência
- Nacionalismos
- Conflito ideológico (capitalismo vs marxismo)
- Identidade de classe
- Revolução Industrial

Memória e
História
orientadas
para a
narração
destes
movimentos
recorreram
massivamente
a arquivos
públicos

- Direitos sociais e ambientais
- Afirmação do Estado-Garantia
- Nacionalismos, regionalismos
- Conflitos étnicoreligiosos
- Identidade de grupo (ex.: orientação sexual)
- Revolução das TIC

Memória e
História
orientadas
para o
pluralismo e
para a
inclusão fazem
maior uso de
arquivos
privados

Memória, História e Arquivos – a abordagem societal (ou comunitária)

Abordagem Histórica Abordagem Arquivística

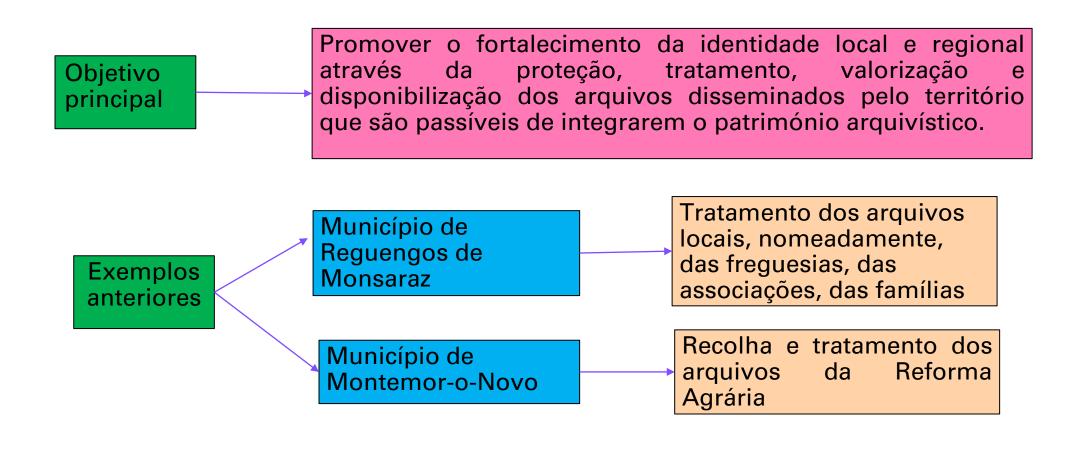
- Homem comum
- Grupos/minorias
- Agentes locais
- Excluídos da história oficial
- Empresas
- Associações
- Movimentos inorgânicos
- Etc.

- Biografias e prosopografias
- Estudos regionais e locais
- Estudos sobre minorias
- Estudos sobre setores de atividade, instituições e movimentos

- Arquivos associativos
- Arquivos pessoais e de famílias
- Arquivos empresariais
- Recolha de testemunhos orais
- Captação e preservação de documentos eletrónicos
- Etc.

- Community
 archives
 (EPHEMERA,
 Projeto
 DO.AÇÃO do
 ADPorto, ESPA
 da RAA-DE)
- Crowdsourcing (Projeto "Provas de Vidas", do AD Porto)

ESTRATÉGIA PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DO DISTRITO DE ÉVORA



ESTRATÉGIA PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO DO DISTRITO DE ÉVORA

Sistematização e agregação de medidas de salvaguarda a executar

Estratégia

Identificação de critérios de seleção da documentação a ser objeto de intervenção

Definição de um procedimento com várias fases e resultados previstos

Medidas de salvaguarda

N.º	Medida
1	Criação do serviço responsável pelo arquivo
2	Contratação de pessoal especializado para o arquivo
3	Construção ou adaptação de instalações dotadas de condições para o funcionamento do arquivo
4	Carimbagem, numeração, higienização e acondicionamento
5	Restauro
6	Descrição
7	Depósito no Arquivo Municipal
8	Aquisição pelo Município
9	Existência de programa de apoio financeiro, técnico e material para salvaguarda dos arquivos
10	Inventariação
11	Classificação de interesse municipal
12	Classificação de interesse público
13	Classificação de interesse nacional
14	Classificação UNESCO: registo da "Memória do Mundo"
15	Pedido de aplicação dos procedimentos de salvaguarda do património cultural pela entidade patrimonial competente - DGLAB

Lista dos bens arquivísticos do concelho objeto de proteção, selecionados de acordo com os critérios fixados pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

N.º	Proprietário (s)	Detentor (es)	Localização	Nível de proteção	Proposta de medida de salvaguarda **	Designação do bem arquivistico	Critérios legais***								
							Carácter matricial do bem	Génio do respetivo criador	Interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso	Interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos	Valor estético, técnico ou material intrínseco do bem	Conceção arquitetónica , urbanística e paisagística	Extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva	Importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica	Circunstâncias suscetiveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem

Lista de bens arquivísticos do concelho a salvaguardar selecionados de acordo com os critérios fixados pelo Município.

N.°	Proprietári o(s)	Detentor (es)	Localizaçã o	Nivel de proteção*	Proposta de medida de salvaguard a**	Designaçã o do bem arquivístic o	Critérios***								
							Estatuto legal (entidade pública; entidade com utilidade pública administra tiva ou com delegação de poderes públicos; IPSS; fundação)	Impacto económico , social ou cultural significativ o no concelho ou na região	Projeção efetiva da imagem do concelho no exterior	Antiguidad e (entidades com mais de 75 anos)	Risco de exportaçã o ou de saida do concelho	Processo de alienação ou venda	Recebime nto de apoios públicos pela entidade detentora	Outro 1	Outro 2

Plano de implementação

N.º	Medida	Recursos	Meta	Prazo
1	Criação do serviço responsável pelo arquivo			
2	Contratação de pessoal especializado para o arquivo			
3	Construção ou adaptação de instalações dotadas de condições para o funcionamento do arquivo			
4	Carimbagem, numeração, higienização e acondicionamento			
5	Restauro			

Monitorização

N.º	Medida	Meta	Prazo	Cumprimento	Desvio	Justificação e proposta de solução
1	Criação de serviço responsável pelo arquivo					
2	Contratação de pessoal especializado para o arquivo					
3	Construção ou adaptação de instalações dotadas de condições para funcionamento do arquivo					
4	Carimbagem, numeração, higienização e acondicionamento					
5	Restauro					

Avaliação

N.º	Medida	Recursos	Meta	Prazo	Cumprimento	Impacto	Análise
1	Criação do serviço responsável pelo arquivo						
2	Contratação de pessoal especializado para o arquivo						
3	Construção ou adaptação de instalações dotadas de condições para o funcionamento do arquivo						
4	Carimbagem, numeração, higienização e acondicionamento						
5	Restauro						

Resultados:

- Celebração de protocolos entre Municípios e detentores dos acervos;
- Aprovação do "Projeto de Salvaguarda da Memória das Práticas Associativas na cidade de Évora";
- Tratamento de cerca de 30 fundos entre 2019 e 2024 no Distrito.

Perscrutando o Futuro?

Propostas:

- Aprovação de um quadro regulamentar mais robusto que alargue automaticamente a proteção do património arquivístico a mais documentação e informação privada e que disponha de recursos direcionados para aumentar a eficácia das políticas.
- Critérios gerais antiguidade, a natureza jurídica da instituição, a sua extensão territorial, a quantidade de pessoas abrangidas por uma entidade ou a qualidade de figura pública.
- Método criação de mecanismos de apoio envolvendo Estado, Municípios, Universidades e outras entidades públicas e privadas com formas de apoio diferenciadas consoante as necessidades de quem é apoiado e os meios disponíveis de quem apoia (exemplo dos membros da RAA-DE).

Questões?

Obrigado!

jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt